Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 20 de julho

Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Governo de Goiás e é aprovado pelo TCE

Responsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o Programa Censo Imobiliário , que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado. O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação. O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado , pontua. As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam donas do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a

separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía , recorda. O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. [Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito , destacou Rogério.

Site: https://sdnews.com.br/noticia/995/inventario-identifica-mais-de-rs-10-bilhoes-em-imoveis-do-governo-de-goias-e-e-aprovado-pelo-tce.html

JORNAL O HOJE ON/LINE / GO - CIDADES. Seg, 20 de Julho de 2020
TCE - GO

Governo Estadual faz inventário e identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis

Nielton Soares

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário". O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Ao todos, são 4.139 propriedades, sendo alguns fora de **Goiás** e muitas 'invadidas'.

O governo considerou o valor 'bastante significativo' e informou que os imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia. A iniciativa do Censo Imobiliário é inédito e busca com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados e como está o uso.

O relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM), que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572).

Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua.

As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem.

Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**.

Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda.

O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Site: http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/178313/t/governo-estadual-faz-inventario-e-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis

Imóveis do Estado somam mais de R$10 bilhões e valor deve ajudar com saúde fiscal durante a pandemia

Fernanda Santos

A Secretaria de Estado da Administração (Sead) concluiu o Inventário Patrimonial 2019. O valor total dos imóveis do Estado somam R$10.493.765,88 e serão vistoriados por profissionais por meio do Programa Censo Imobiliário. Com a não ocupação da administração nesses imóveis, o valor poderá contribuir para a saúde fiscal do Estado durante a pandemia de Covid-19.

O Censo Imobiliário buscou todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** para identificar sua situação e ocupação. O relatório final teve aprovação sem ressalvas por parte do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Foram identificados 4.139 propriedades, sendo 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 registrados por órgãos da Administração Pública Indireta. 2.884 (60,5%) foram localizados e visitados um a um. 75% do total já foi recenseado. A maioria, 1.705 é ocupado por secretarias do governo, enquanto 324 estão sendo utilizados por prefeituras. Ainda há 172 imóveis desocupados e 22 ocupados parcialmente.

Um dado que chamou atenção foi a invasão de 644 propriedades públicas por particulares. Os imóveis estavam ocupados por pessoas que se consideravam donas do bem. Uma propriedade na capital avaliada em R$50 milhões está entre elas. Após comprovado que o imóvel era, de fato, do Estado, inclusive em cartório, a propriedade foi recuperada e escriturada em nome da administração pública. O bem irá a leilão.

Outros três bens estavam localizados fora do Estado de **Goiás**, todos no Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, em nome da Loteria do Estado de **Goiás**, do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estradas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para quitar dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. No entanto, um projeto pretende reverter as dívidas e possibilitar a alienação dos bens.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/imoveis-do-estado-somam-mais-de-r10-bilhoes-e-valor-deve-ajudar-com-saude-fiscal-durante-a-pandemia-269732/

Inventário aponta mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Governo de Goiás

A Redação

Goiânia - O governo de **Goiás** informou, nesta segunda-feira (20/7), que concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado. O valor total em bens imóveis inventariados ultrapassa a marca de R$ 10 bilhões (R$ 10.493.765.662,88).

Conforme doi destacado pela gestão estadual, o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%). Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua. As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasões

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/137156/inventario-aponta-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-governo-de-goias

Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Governo de Goiás

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado. O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação. O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua. As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Site: https://www.dm.jor.br/economia/2020/07/inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-governo-de-goias/

Pesquisa vai mostrar como cidadão vê o Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Publicado em jul 20, 2020

Sociedade organizada e cidadãos são convidados a compartilhar percepções e anseios para o futuro do **TCE**-GO

Qual a percepção que a sociedade tem de um tribunal de contas e como este órgão deverá ser no futuro? Essas são as principais questões que o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) quer ver respondidas com a pesquisa on-line proposta por sua Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (Diplan), acessível neste link da internet, entre os dias 20 de julho e 7 de agosto.

Disponível para qualquer cidadão, inclusive de outros estados, a pesquisa busca adesão na comunidade acadêmica, entre comunicadores, representantes de órgãos de controle, setor privado, sociedade civil organizada, colaboradores do **TCE**-GO etc. São 14 questões, com tempo estimado para conclusão de cinco minutos, com respostas confidenciais.

Conforme esclarece o chefe do Serviço de Gestão Estratégica, Leandro Vieira Santana, ao responder o questionário, a pessoa irá se remeter à instituição tribunal de contas e não ao **TCE**-GO especificamente, sendo que as informações obtidas serão utilizadas para elaboração do novo Plano Estratégico. Segundo Leandro, "o objetivo é construir um plano de atuação que seja condizente com as expectativas do cidadão quanto às ações que devem ser empreendidas pelo órgão fiscalizador a fim de atingir sua missão institucional".

Em caso de dúvidas ou sugestões quanto à pesquisa, o cidadão deve contatar a Diplan pelo e-mail: planejamento@**tce**.go.gov.br

Clique no link para acessar a pesquisa: bit.ly/2CovKfn

Diretoria de Comunicação Social

Site: http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/pesquisa-vai-mostrar-como-cidadao-ve-o-tribunal-de-contas-do-estado-de-goias/

Caiado cumpre meta de regionalização da saúde

Mayara Ferreira

Da Redação

O govenador Ronaldo Caiado (DEM) conseguiu cumprir antes de finalizar seu segundo ano de gestão uma das etapas mais caras, problemáticas e importantes de seu plano de governo: a regionalização da saúde. A ação implicava, inclusive, levar UTIs para os municípios. Com a urgência da pandemia, o gestor se viu obrigado a unir a necessidade com o seu plano de espalhar hospitais e unidades de terapia intensiva nas cidades mais distantes da capital. Ainda que tenha a concorrência de outros dois gestores médicos, Henrique Santillo e Alcides Rodrigues, Caiado é o governador que mais abriu leitos no interior goiano.

Antes de Caiado, **Goiás** tinha 259 UTIs em quatro municípios, sendo a maioria em regiões metropolitanas. Com 16 meses de governo, o salto de Caiado é muito grande: 583 UTIs em 16 municípios. Ele terminou a última semana diante de grande pressão da covid-19, mas na quinta-feira, 16, inaugurou o Hospital de Campanha de São Luís de Montes Belos. Os desafios da doença possibilitaram levar hospitais para Águas Lindas, Porangatu, São Luis de Montes Belos, Itumbiara e outras cidades. A estadualização (caso do Hospital de Luziânia) foi uma das formas de agilizar os atendimentos.

A própria oposição na Assembleia Legislativa reconhece que o governador conseguiu cumprir uma de suas mais complicadas promessas de campanha, já que **Goiás** jamais investiu na regionalização de hospitais. "É fato que ele tem se desdobrado para levar saúde para cidades que antes tinham como terapia só ambulância. Ele vai aposentar aquela prática de que ambulância era a salvação. Isso, para o povo, é uma marca", diz um deputado estadual com experiência na área de saúde que é da ala da oposição não raivosa. "Não adianta reclamar. É preciso reconhecer esse trabalho dele".

Só quem mora no interior e sabe a diferença que faz um minuto entre a vida e a morte e a distância em quilômetros da Capital. Ao começar a colocar fim na prática da "ambulâncioterapia", com UTIs e policlínicas, o gestor partiu para uma segunda fase de sua gestão, que é deixar as contas em dia. Também na semana que passou Caiado conseguiu o feito: o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), na última terça-feira, 14, aprovou as contas do Balanço Geral do Estado (BGE), enviado pelo governador para os conselheiros de contas.

Coube até mesmo elogios por conta da relatora Carla Santillo, que sublinhou o fato de **Goiás** aplicar os percentuais constitucionais da Saúde e Educação - o que não ocorreu em 2017, com as contas rejeitadas previamente pelo **TCE**, objeto depois de uma disputa judicial. Para a relatora, **Goiás** teve "transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público".

Governador começa nova etapa

Com o reconhecimento da boa gestão pela sociedade e órgãos de controle, o governador Ronaldo Caiado entra em reta decisiva de seu mandato. Ele caminha para o cumprimento de dois anos em dezembro, mas diante de uma das crises mais graves da história.

O governador herdou primeiro uma crise econômica e moral em **Goiás** - a maior dívida pública de todos os tempos, cerca de R$ 20 bilhões, inviabilizou até mesmo pedidos de empréstimos. Salários atrasados, hospitais sob intervenção, universidades sem pagamentos de bolsas, prefeituras sem repasses e com sua maior empresa - a **Celg** - vendida. Esta realidade se juntou à pandemia internacional de coronavírus.

Mas o gestor segue com desafios mesmo durante a tempestade. Na última semana, superou os bons dados da segurança pública de 2019. A queda de 16,52% nos homicídios e 37,14% nos latrocínios demonstram que

existe uma mudança na sensação de segurança pública na sociedade a partir de uma estratégia de combate da criminalidade.

Nesta segunda fase de governo, dizem os aliados, o gestor teria foco ainda mais na recuperação das rodovias, no aperfeiçoamento do serviço público através de investimentos no servidor, na maior atração de indústrias e superação financeira do ambiente econômico já favorável - afinal, durante a pandemia, **Goiás** foi o único estado do país a apresentar crescimento, como se vê nos dados do IBGE deste mês.

Se no primeiro ano ocorreram reformas estruturantes (caso da previdência, administrativa e Progoias), o segundo e terceiro ano devem ser focados numa maior visibilidade de ações na cultura, esportes, social e infraestrutura.

ESTABILIZAÇÃO

A superação da agenda da saúde deve terminar com a estabilização dos casos de covid-19. Aos auxiliares, Caiado tem cobrado trabalho e empenho, já que o "Estado não pode parar". Ao contrário do que se espera, em ano eleitoral, Caiado não quer ver a máquina pública envolvida na disputa. Muito menos gestores. Os próximos meses já estão comprometidos com a finalização de obras na área de saúde, investimento em habitação e busca de novidades para a educação.

Site: https://diariodeaparecida.com.br/caiado-cumpre-meta-de-regionalizacao-da-saude/

Tribunal de Contas do Estado aprova inventário que identificou mais de R$10 bi em imóveis do Governo de Goiás

Gustavo Martins

Da Redação

Reponsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado.

O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação.

O relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua.

As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório.

Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**.

Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados.

"Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda. O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Site: https://diariodeaparecida.com.br/inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-governo-de-goias-e-e-aprovado-pelo-tce/

Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Governo de Goiás e é aprovado pelo TCE

Reponsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019

Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado. O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação. O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua. As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda. O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Secretaria de Comunicação - Governo de **Goiás**

Site: https://edibrasilia.com.br/2020/07/20/inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-governo-de-goias-e-e-aprovado-pelo-tce/

Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Estado

Reponsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado.

O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação.

O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua.

As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as

informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda.

O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Secretaria de Comunicação - Governo de **Goiás**

Site: http://www.goias.gov.br/index.php/servico/84-gestao/122417-inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-estado

20/07/2020-Goiás-Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Estado

imprensaja

O Censo Imobiliário identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta.

Responsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado.

O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação.

O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua.

As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estradas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram

penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda.

O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Secretaria de Comunicação - Governo de **Goiás**

Site: http://imprensaja.com.br/portal/20-07-2020-goias-inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-estado/

Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Estado

O Censo Imobiliário identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta

Reponsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado.

O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação.

O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua.

As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará

a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda.

O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Secretaria de Comunicação - Governo de **Goiás**

Site: http://www.jornalestadodegoias.com.br/2020/07/20/inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-estado/

Imóveis do Estado somam mais de R$10 bilhões e valor deve ajudar com saúde fiscal durante a pandemia

Um inventário concluído pela Secretaria de Estado da Administração e aprovado pelo **TCE** localizou propriedades do Estado. Um deles, avaliado em R$50 milhões, havia sido invadido por particular. Outros três estão localizados no Rio de Janeiro

A Secretaria de Estado da Administração (Sead) concluiu o Inventário Patrimonial 2019. O valor total dos imóveis do Estado somam R$10.493.765,88 e serão vistoriados por profissionais por meio do Programa Censo Imobiliário. Com a não ocupação da administração nesses imóveis, o valor poderá contribuir para a saúde fiscal do Estado durante a pandemia de Covid-19.

O Censo Imobiliário buscou todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** para identificar sua situação e ocupação. O relatório final teve aprovação sem ressalvas por parte do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Foram identificados 4.139 propriedades, sendo 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 registrados por órgãos da Administração Pública Indireta. 2.884 (60,5%) foram localizados e visitados um a um. 75% do total já foi recenseado. A maioria, 1.705 é ocupado por secretarias do governo, enquanto 324 estão sendo utilizados por prefeituras. Ainda há 172 imóveis desocupados e 22 ocupados parcialmente.

Um dado que chamou atenção foi a invasão de 644 propriedades públicas por particulares. Os imóveis estavam ocupados por pessoas que se consideravam donas do bem. Uma propriedade na capital avaliada em R$50 milhões está entre elas. Após comprovado que o imóvel era, de fato, do Estado, inclusive em cartório, a propriedade foi recuperada e escriturada em nome da administração pública. O bem irá a leilão.

Outros três bens estavam localizados fora do Estado de **Goiás**, todos no Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, em nome da Loteria do Estado de **Goiás**, do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estradas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para quitar dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. No entanto, um projeto pretende reverter as dívidas e possibilitar a alienação dos bens.

Fonte

Site: https://portalnettoreis.com.br/2020/07/20/imoveis-do-estado-somam-mais-de-r10-bilhoes-e-valor-deve-ajudar-com-saude-fiscal-durante-a-pandemia/

CNPTC manifesta-se favorável à aprovação da PEC n. 15/2015

Os presidentes dos tribunais de contas do país apoiam a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em instrumento permanente.

Confira a íntegra do ofício encaminhado pelo CNPTC à Câmara Federal:

OFI´CIO CNPTC Nº 85-2020 - PRES. CA^MARA DEPUTADOS - APOIO PEC 15-2015

Goiânia, 19 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília/DF

C/c Aos Senhores(as) Deputados(as) Federais

Assunto: Apoio à PEC nº 15/2015 - transformação do FUNDEB em instrumento permanente

Senhor Presidente,

O **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** - CNPTC, entidade sem fins lucrativos, de âmbito nacional, os Presidentes de Tribunais de Contas dos Estados e Municípios abaixo nominados, vem à presença de Vossa Excelência manifestar-se pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2015, que visa tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, uma fonte permanente de financiamento da educação pública, consoante argumentação a seguir.

A educação pública brasileira possui diversos desafios, relativos ao acesso e permanência de crianças e adolescentes no sistema de ensino, à infraestrutura das escolas, à remuneração e capacitação de professores, entre outros. O enfrentamento dessas questões é condição necessária para o alcance de uma educação de qualidade, que promova a formação integral do ser humano, com a melhoria não apenas do aprendizado formal, mas também do desenvolvimento de habilidade relacionadas ao convívio com a comunidade e com o meio ambiente.

Enfim, a sociedade brasileira deve se pautar pela busca da educação para uma vida sustentável.

As necessárias melhorias na educação brasileira somente podem se concretizar se houver a garantia de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica. Nesse sentido estabelece a Estratégia 20.1, no Anexo de Metas e Estratégias, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE.

O PNE, ao tratar do financiamento da educação básica, ressalta a relevância do FUNDEB, instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006, que alterou o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, o qual representou grande avanço para a educação pública brasileira.

Em virtude dessa fonte de financiamento foi possível a ampliação do atendimento de crianças em creche,

passando essa etapa da educação infantil de 1.769.868 (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito) matrículas em 2008 para 3.755.092 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e noventa e noventa e duas) em 2019, em todo o País.

Ainda assim, muitos municípios brasileiros seguem com dificuldade de atingir o disposto na Meta 1 do PNE (atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche). Isso se deve não apenas à elevada demanda por vagas em municípios com maior porte populacional, mas também à diferença do montante de receita de impostos e transferências por habitante, que se verifica entre os diferentes entes municipais, inclusive entre os situados em um mesmo Estado.

O FUNDEB tem a função de reduzir as desigualdades, com vistas a assegurar, nas diferentes entidades da Federação, um valor mínimo a ser aplicado na educação básica pública. Retidos 20% (vinte por cento) dos impostos e transferências dos Estados e Municípios, os valores são alocados nos fundos contábeis de cada Estado e distribuídos entre o Estado e os Municípios que o compõem, de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial. Essa distribuição faz com que entes federativos com baixa arrecadação possam prestar atendimento na educação infantil e no ensino fundamental.

Por exemplo, o município de Alvorada, no Rio Grande do Sul, recebeu em 2019 o montante de R$96.446.636,93 de retorno de FUNDEB. Desse montante, o município contribuiu para o Fundo com R$24.371.518,71, sendo R$72.075.118,22 recebidos a título de acréscimo, ou seja, são valores arrecadados pelo Estado e por outros municípios e distribuídos a Alvorada, em virtude das matrículas de sua rede de ensino fundamental e das escolas municipais e conveniadas de educação infantil. Considerando que, no mesmo ano, Alvorada efetuou uma despesa de R$ 117.653.283,49 com educação, o atendimento público seria prejudicado se não houvesse a redistribuição de mais de setenta e dois milhões de reais de FUNDEB.

Muitos municípios brasileiros encontram-se na mesma situação do exemplo acima citado, dependendo do retorno de FUNDEB para a manutenção da sua rede de educação pública.

Diante desse cenário, e considerando que, de acordo com o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a vigência do Fundo se encerra em 31 de dezembro do corrente ano, o CNPTC, em nome do seu compromisso regimental (art. 2º, IV) de desenvolver e estimular o estudo de temas jurídicos que possam ter repercussão em mais de um tribunal de contas, reafirma sua manifestação pela pronta aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2015, tornando o FUNDEB uma fonte permanente de financiamento da educação pública.

Atenciosamente,

Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, presidente do CNPTC e presidente do TCM de **Goiás**

Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, vice-presidente do CNPTC e presidente do **TCE** do Tocantins

Conselheiro Adircélio Ferreira de Morais Júnior, secretário-geral do CNPTC e presidente do **TCE** de Santa Catarina

Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias - presidente do **TCE** do Acre

Conselheiro Otávio Lessa de Geraldo Santos - presidente do **TCE** de Alagoas

Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello -presidente do **TCE** do Amazonas

Conselheiro Michel Houat Harb - presidente do **TCE** do Amapá

Conselheiro Gildásio Penedo C de Albuquerque Filho - presidente do **TCE** da Bahia

Conselheiro Rodrigo Flávio Freira Farias Chamoun- presidente do **TCE** do Espírito Santo

Conselheiro **Celmar Rech** - presidente do **TCE** de **Goiás**

Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Júnior - presidente do **TCE** do Maranhão

Conselheiro Mauri José Torres Duarte - presidente do **TCE** de Minas Gerais

Conselheiro Guilherme Antônio Maluf - presidente do **TCE** de Mato Grosso

Conselheiro Iran Coelho das Neves - presidente do **TCE** de Mato Grosso do Sul

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira - presidente do **TCE** do Pará

Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Sousa Leão - presidente do TCM do Pará

Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva - presidente do **TCE** do Piauí

Conselheiro Nestor Batista - presidente do **TCE** do Paraná

Conselheiro Thiers Vianna Montebello - presidente do TCM do Rio de Janeiro

Conselheiro Paulo Curi Neto - presidente do **TCE** de Rondônia

Conselheira Cilene Lago Salomão - presidente do **TCE** de Roraima

Conselheiro Estilac Martins Rodrigues Xavier - presidente do **TCE** do Rio Grande do Sul

Conselheiro Luiz Augusto Carvalho Ribeiro - presidente do **TCE** de Sergipe

Conselheiro Edgar Camargo Rodrigues - presidente do **TCE** de São Paulo

Site: https://www.tce.to.gov.br/sitetce/sala-de-imprensa/noticias/item/3799-cnptc-manifesta-se-favorável-à-aprovação-da-pec-n-15-2015